

A IGREJA E OS DILEMAS DA NEUTRALIDADE: ENTRE A OMISSÃO E A PROFECIA

The Church and the Dilemmas of Neutrality: Between Omission and Prophecy

José Olávio Dotto*

odotto@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-5018-7075>

*Frei da Ordem dos Francisco Menores, mestre em Teologia da Práxis Cristã pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte. Ao longo de sua trajetória, atuou por vários anos como assessor da Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), colaborando com as pastorais sociais e com iniciativas voltadas ao serviço da caridade, da justiça e da paz, além de exercer atividades formativas em âmbito nacional. Em 15 de outubro de 2025, durante a 10ª sessão plenária do Capítulo Provincial Eletivo, foi eleito Ministro Provincial dos Frades Franciscanos do Rio Grande do Sul para o sexênio seguinte. Atualmente, reside em Gravataí (RS), onde exerce o ministério como vigário paroquial da Paróquia Rede de Comunidades São José e atua também como moderador da Formação Permanente.

Recebido em: 20/04/2026

Aprovado em: 25/05/2026



Este artigo está licenciado com a licença:
Creative Commons Attribution-
NonCommercial No Derivatives 4.0 Inter-
national License

Resumo: O presente artigo reflete sobre o debate recorrente acerca da chamada neutralidade política da Igreja e seus limites diante das exigências do Evangelho. Partindo da distinção entre política e política partidária, evidencia-se que a Igreja não se identifica com projetos ideológicos, mas possui a missão de iluminar a realidade com princípios éticos fundamentados na dignidade da pessoa humana e na busca do bem comum. A reflexão aborda o cuidado com os pobres como critério central da fé cristã, a denúncia da concentração injusta dos bens e das formas autoritárias de poder, o compromisso com o cuidado da casa comum e a valorização da democracia, da participação e da sinodalidade. Ao longo do texto, demonstra-se que a neutralidade absoluta diante das injustiças contradiz a vocação profética da Igreja, enquanto a partidarização compromete sua universalidade. Conclui-se que, entre omissão e instrumentalização política, a Igreja é chamada a exercer uma presença profética que anuncia e compromissos, promovendo a justiça, a fraternidade e a paz, em fidelidade ao Evangelho e ao serviço da dignidade humana.

Palavras-chave: Igreja; neutralidade política; missão profética; doutrina social da igreja; opção pelos pobres; bem comum; democracia; casa comum; dignidade humana; sinodalidade.

Abstract: This article reflects on the recurring debate regarding the so-called political neutrality of the Church and its limits in light of the demands of the Gospel. Starting from the distinction between politics and partisan politics, it emphasizes that the Church does not identify with ideological projects but has the mission of illuminating reality with ethical principles grounded in human dignity and the pursuit of the common good. The reflection addresses care for the poor as a central criterion of Christian faith, the denunciation of unjust concentration of wealth and authoritarian forms of power, the commitment to care for our common home, and the appreciation of democracy, participation, and synodality. Throughout the text, it is argued that absolute neutrality in the face of injustice contradicts the Church's prophetic vocation, while partisanship compromises its universality. It concludes that, between omission and political instrumentalization, the Church is called to exercise a prophetic presence that unites proclamation and commitment, promoting justice, fraternity, and peace, in fidelity to the Gospel and in service of human dignity.

Keywords: Church; political neutrality; prophetic mission; social doctrine of the church; option for the poor; common good; democracy; care for our common home; human dignity; synodality.

Em diferentes momentos da história, ressurgem no interior da comunidade cristã a discussão sobre a chamada “neutralidade política” da Igreja. O argumento costuma aparecer como uma tentativa de preservar a unidade dos fiéis, evitar polarizações e proteger a missão espiritual da Igreja. No entanto, essa pretensa neutralidade levanta questões profundas: é possível à Igreja ser neutra diante das injustiças? O silêncio diante da opressão não acaba se tornando uma forma de cumplicidade? Entre o risco da instrumentalização partidária e o perigo da omissão, a Igreja é chamada a discernir sua missão profética, que consiste em anunciar a esperança e denunciar tudo aquilo que fere a dignidade humana.

A questão torna-se ainda mais relevante em contextos sociais marcados por desigualdades, conflitos e polarizações. Nesses cenários, cresce a expectativa de que a Igreja se pronuncie, oferecendo luz e orientação moral. Ao mesmo tempo, há o receio de que qualquer posicionamento seja interpretado como alinhamento partidário, o que poderia dividir a comunidade e comprometer sua universalidade. Surge, então, uma tensão permanente: como permanecer fiel ao Evangelho sem se confundir com projetos políticos específicos? Como preservar a unidade sem cair no silêncio diante da injustiça? Essas perguntas revelam que o debate sobre neutralidade não é apenas teórico, mas profundamente pastoral e missionário.

A tradição bíblica oferece elementos importantes para essa reflexão. Desde os profetas do Antigo Testamento, a fé em Deus manifesta-se na defesa dos pobres, na denúncia da opressão e na promoção da justiça. No Novo Testamento, Jesus anuncia o Reino de Deus aproximando-se dos excluídos e questionando estruturas que impedem a vida plena. Esse testemunho mostra que a fé possui implicações sociais concretas. A mensagem do Evangelho não se limita ao âmbito privado, mas interpela a realidade histórica, convidando à transformação das relações humanas à luz da dignidade da pessoa e da fraternidade.

Nesse horizonte, a Igreja é chamada a viver sua missão como presença profética no mundo. Isso não significa assumir uma postura partidária, mas iluminar a realidade com os valores do Evangelho. Ao defender a vida, promover a justiça, cuidar dos pobres e incentivar a paz, a Igreja exerce sua vocação de serviço à humanidade. Assim, o debate sobre a neutralidade não deve ser compreendido como escolha entre silêncio ou militância, mas como busca de fidelidade ao Evangelho. Entre omissão e partidização, a Igreja é convidada a testemunhar uma presença que une verdade e caridade, anúncio e compromisso, fé e transformação da história.

O presente artigo se limita a abordar cinco aspectos que ajudam a iluminar esse discernimento. Em primeiro lugar, reflete-se sobre a natureza da política e a identidade própria da Igreja, distinguindo a missão evangelizadora da atuação partidária. Em seguida, analisa-se o cuidado com os pobres como critério evangélico fundamental da ação eclesial. O terceiro ponto considera as tensões ligadas à concentração dos bens e ao exercício do poder, evidenciando os desafios éticos que interpelam a consciência cristã. Depois, examina-se a questão da casa comum, destacando a responsabilidade da Igreja diante da crise socioambiental. Por fim, aborda-se a democracia, a participação e a sinodalidade, como caminhos que favorecem o diálogo e a construção do bem comum. Esses elementos oferecem um horizonte de reflexão para compreender como a Igreja pode exercer sua missão profética sem se confundir com interesses partidários, permanecendo fiel ao Evangelho e comprometida com a dignidade humana.

1. NATUREZA DA POLÍTICA E DA IGREJA CATÓLICA

Para compreender o debate sobre a neutralidade da Igreja, é necessário, antes de tudo, esclarecer a natureza da política e a identidade própria da Igreja Católica. A política, em seu sentido mais amplo, não se reduz à disputa partidária ou à busca pelo poder. Trata-se da organização da vida social orientada ao bem comum, isto é, às condições que permitem a todos e a cada pessoa alcançar uma vida digna e plenamente humana. O Concílio Vaticano II recorda que “a comunidade política existe em função do bem comum” e que este compreende “o conjunto de condições sociais que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingir mais plena e facilmente a própria perfeição” (*Gaudium et Spes*, 1965, n. 74). O Compêndio da Doutrina Social da Igreja destaca que “a comunidade política tem na referência ao povo a sua autêntica dimensão: ela é, e deve ser na realidade, a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo” (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 2004, n. 385). Assim, a política é uma dimensão essencial da convivência humana, pois envolve decisões sobre justiça, economia, educação, saúde, cultura e organização da vida social. Nesse sentido, não é algo estranho à fé, mas um campo legítimo de responsabilidade ética e de compromisso cristão.

A Igreja Católica, por sua vez, possui uma natureza espiritual e pastoral, fundada na missão recebida de Jesus Cristo: anunciar o Reino de Deus, promover a comunhão e servir à vida plena de todos. O mesmo Concílio Vaticano II afirma que a Igreja “não se confunde de modo algum com a comunidade política nem está ligada a nenhum sistema político” e, ao mesmo tempo, declara que ela é “sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana” (*Gaudium et Spes*, 1965, n. 76). Isso significa que a Igreja não exerce poder político nem busca governar a sociedade, mas tem a missão de iluminar a realidade com a luz do Evangelho, recordando a dignidade da pessoa humana e os valores fundamentais da convivência social.

Contudo, essa natureza espiritual não a afasta das questões históricas. Pelo contrário, a fé cristã possui uma dimensão encarnada. O mistério da Encarnação revela que Deus entra na história e assume a realidade humana. Por isso, o anúncio do Evangelho tem inevitáveis implicações sociais. O amor a Deus está inseparavelmente unido ao amor ao próximo, e este se expressa na promoção da justiça e da fraternidade. Como recorda o magistério recente, “a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (Francisco, 2013, n.183). A missão evangelizadora inclui a promoção humana e o compromisso com o bem comum.

A Doutrina Social da Igreja reforça essa compreensão ao afirmar que a Igreja tem o direito e o dever de oferecer princípios morais que iluminem a vida social. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que a Igreja “não tem soluções técnicas a oferecer”, mas possui uma missão própria que consiste em propor valores e critérios éticos para a construção da sociedade (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 2004, n. 7). Entre esses princípios destacam-se a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a solidariedade e a subsidiariedade, que orientam a ação dos cristãos na vida pública.

Essa distinção é fundamental para evitar dois extremos. De um lado, a instrumentalização da Igreja por interesses políticos particulares, que reduz sua missão à lógica do poder. De outro,

a tentativa de relegar a fé ao âmbito privado, como se não tivesse nada a dizer sobre a vida social. A Igreja não é uma realidade puramente espiritual desligada da história, nem uma instituição política. Ela é uma comunidade de fé inserida no mundo, chamada a testemunhar o Evangelho e a promover a dignidade humana. Nesse sentido, sua ação não é de domínio, mas de serviço; não é de imposição, mas de proposta; não é de neutralidade diante da injustiça, mas de compromisso com o bem comum.

Portanto, compreender a natureza da política e da Igreja Católica permite situar corretamente o debate sobre a neutralidade. A Igreja respeita a legítima autonomia da esfera política, mas não renuncia à sua missão profética. Ao iluminar as consciências e defender valores fundamentais, ela contribui para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, permanecendo fiel ao Evangelho e à dignidade da pessoa humana. Por isso, a necessidade de promover entre Igreja e a comunidade política uma sã colaboração, em vista do bem de todos.

1.1. A POLÍTICA E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

É importante distinguir claramente entre a política, em sentido amplo, e a política partidária. A política em sentido amplo, como já afirmado, refere-se à busca do bem comum e à organização da vida social, sendo uma dimensão constitutiva da convivência humana. Nesse sentido, ela envolve a responsabilidade de todos os cidadãos, incluindo os cristãos, na construção de uma sociedade mais justa e solidária. A Doutrina Social da Igreja reconhece o valor da política como expressão elevada da caridade quando orientada ao bem comum e à dignidade humana. Como recorda o magistério, “a política é uma forma eminente de caridade, porque procura o bem comum” (cf. PIO XI, *Discurso à Federação Universitária Católica Italiana*, 1927; retomado também em Francisco, 2020, n. 180).

Já a política partidária constitui uma dimensão específica da ação política. Ela se concretiza por meio de partidos, programas, ideologias e disputas eleitorais. Trata-se de um campo legítimo e necessário em sociedades democráticas, pois os partidos organizam propostas e favorecem a participação cidadã. No entanto, a política partidária é marcada por opções contingentes, estratégias e visões parciais da realidade. Por isso, nenhuma proposta partidária esgota plenamente as exigências do bem comum. A Igreja reconhece a legítima diversidade de posições políticas entre os fiéis, uma vez que diferentes caminhos podem ser adotados para promover valores comuns. O Concílio Vaticano II afirma que “é conforme à natureza humana que existam estruturas político-jurídicas que ofereçam a todos os cidadãos a possibilidade real de participar livre e ativamente na elaboração das bases jurídicas da comunidade política” (*Gaudium et Spes*, 1965, n. 75).

O Concílio Vaticano II tem claro que a busca do bem comum, objeto da “política melhor”, é o que une Igreja e Política, sem que uma se misture ou se confunda com a outra. Diz o Concílio:

Os indivíduos, as famílias e os diferentes grupos que constituem a sociedade civil, têm consciência da própria insuficiência para realizar uma vida plenamente humana e percebem a necessidade de uma comunidade mais ampla, no seio da qual todos conjuguem diariamente as próprias forças para cada vez melhor promoverem o bem comum. E por

esta razão constituem, segundo diversas formas, a comunidade política. A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (GS, 1965, n. 74).

Essa distinção ajuda a compreender que a política, enquanto busca do bem comum, possui uma dimensão ética e universal, enquanto a política partidária se refere a escolhas concretas e plurais dentro da sociedade. Assim, a Igreja incentiva a participação dos leigos na política, inclusive partidária, mas recorda que essa atuação é responsabilidade direta dos fiéis e não da instituição eclesial enquanto tal. Como afirma o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, “aos fiéis leigos compete diretamente a ação política e social” (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 2004, n. 565).

1.2. A POLÍTICA PARTIDÁRIA E A IGREJA

A relação entre política partidária e Igreja exige discernimento e equilíbrio. A Igreja, enquanto instituição, não se identifica com partidos nem apoia projetos políticos específicos. Sua missão é anunciar o Evangelho e oferecer princípios éticos que orientem a vida social. Como afirma claramente o Concílio Vaticano II: “a Igreja, que em razão da sua missão e competência, não se confunde de modo algum com a comunidade política nem está ligada a nenhum sistema político, é ao mesmo tempo sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana” (GS, n. 76). Essa afirmação fundamenta a liberdade da Igreja em relação às estruturas partidárias.

Ao mesmo tempo, a Igreja não pode ignorar a dimensão política da vida social. Ela tem o direito e o dever de iluminar as consciências e de oferecer critérios morais para o discernimento. Isso significa que a Igreja não apoia partidos, mas pode e deve pronunciar-se sobre valores fundamentais, como a defesa da vida, a dignidade humana, a justiça social, a liberdade religiosa e o cuidado com os mais pobres. Essa intervenção não constitui partidarismo, mas expressão da sua missão profética. Como recorda o magistério recente, “a Igreja aprecia o sistema democrático na medida em que assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas [e, ao mesmo tempo], não pode renunciar a propor valores morais que dizem respeito ao bem comum” (João Paulo II, 1991, n. 46).

Nesse contexto, cabe distinguir também a responsabilidade dos fiéis leigos e a da instituição eclesial. Os leigos são chamados a atuar diretamente na política partidária, contribuindo com suas convicções cristãs para a construção da sociedade. Assim, “a participação consciente e decisiva dos leigos na política”, bem como em outras instâncias representativas, “à luz da Doutrina Social da Igreja, constitui-se num inestimável serviço à humanidade e é parte integrante da missão de todo o povo de Deus” (CNBB, 2016, n. 162). Já a Igreja, como instituição, deve manter sua independência, evitando alinhar-se a partidos ou ideologias específicas. Essa postura preserva sua universalidade e permite que ela seja sinal de unidade em meio à pluralidade legítima de opções políticas.

Portanto, a Igreja não é neutra diante dos valores que sustentam a dignidade humana, mas também não se identifica com a política partidária. Sua missão é formar consciências,

promover o bem comum e inspirar o compromisso dos fiéis. Assim, ela mantém sua liberdade profética, evitando tanto a omissão quanto a instrumentalização, e permanece fiel ao Evangelho no serviço à sociedade.

2. O CUIDADO COM O POBRE

O cuidado com os pobres está no coração da Revelação bíblica e constitui um elemento essencial da missão da Igreja. A Igreja, desde suas origens, sempre esteve confrontada com essa questão. Desde o Antigo Testamento, Deus se apresenta como aquele que vê o sofrimento do seu povo e intervém para libertá-lo. No livro do Êxodo, o Senhor declara: “Eu vi a aflição do meu povo... ouvi o seu clamor... conheço seus sofrimentos. Desci para libertá-lo” (Ex 3,7-8). Essa dinâmica – ver, ouvir, conhecer, descer e libertar – revela que Deus não é indiferente à dor dos pobres, mas toma partido da vida e da dignidade dos oprimidos. A libertação da escravidão do Egito torna-se, assim, paradigma da ação divina na história e fundamento da responsabilidade do povo de Deus em cuidar dos mais frágeis.

No Novo Testamento, essa opção divina se manifesta plenamente na pessoa de Jesus. Ao iniciar sua missão, Ele assume como programa as palavras do profeta Isaías: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a Boa-Nova aos pobres” (Lc 4,18). A Boa Notícia não é apenas espiritual ou abstrata, mas dirige-se concretamente aos pobres, aos cativos, aos cegos e aos oprimidos. Dessa forma, o cuidado com os pobres não é um aspecto secundário do Evangelho, mas parte constitutiva da missão de Jesus Cristo e, conseqüentemente, da missão da Igreja.

O magistério recente reforça essa centralidade. Na Encíclica *Dilexit Te*, o Papa Leão XIV recorda que o amor do Coração de Cristo conduz necessariamente ao encontro com os mais frágeis, pois o amor que brota do Coração de Jesus impele a Igreja a “inclinarse sobre as feridas do mundo e a transformar a compaixão em compromisso”. Assim, a contemplação do amor de Cristo leva a Igreja a reconhecer nos pobres um lugar privilegiado de encontro com o Senhor e um critério de autenticidade da fé. O cuidado com os pobres brota do próprio amor de Cristo e não apenas de uma sensibilidade social.

Essa mesma perspectiva já havia sido destacada por Papa Francisco na Exortação *Evangelii Gaudium*, ao afirmar que “existe um vínculo inseparável entre a nossa fé e os pobres” (Francisco, 2013, n. 48). Para reforçar esta perspectiva, diz Aquino Júnior: “Francisco afirma de modo claro e contundente que ‘para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica’ (Francisco, 2013, n.198): ‘no coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres’ (Francisco, n.197) e ‘esta preferência divina tem conseqüências na vida de fé de todos os cristãos’ (Francisco, 2013, n.198) e do conjunto da Igreja” (Aquino Junior, 2017, p.66). A opção pelos pobres é, portanto, uma exigência teológica e cristológica, pois o próprio Cristo quis identificar-se com os últimos.

Além disso, a tradição da Igreja confirma essa prioridade. São João Paulo II ensinou, na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, que a opção preferencial pelos pobres “não é exclusiva nem

excludente, mas diz respeito ao modo como a Igreja vive a caridade universal” (João Paulo II, 1987, n. 42). Tal perspectiva revela que o amor cristão possui uma dimensão concreta e histórica, exigindo compromisso com aqueles que mais sofrem. Dessa forma, a caridade não se reduz à assistência, mas inclui a promoção da dignidade humana e a transformação das condições injustas.

2.1. OPÇÃO PELOS POBRES: OS ROSTOS DO JESUS CRISTO SOFREDOR

A opção pelos pobres nasce, portanto, da própria fé cristã. Nos pobres, a Igreja reconhece os rostos do Jesus sofredor e crucificado. O Senhor identifica-se com os necessitados e afirma que o que é feito a eles é feito ao próprio Jesus (Mt 25,40). Essa identificação confere à opção pelos pobres um caráter profundamente teológico. Não se trata apenas de uma escolha social, mas de um encontro com o próprio Senhor presente naqueles que sofrem. A partir dessa perspectiva, os pobres tornam-se um lugar privilegiado de revelação, onde Deus continua a manifestar sua proximidade e sua misericórdia.

Nesse sentido, o Papa Leão XIV, na Encíclica *Dilexit Te*, recorda que o amor ao Coração de Cristo conduz à solidariedade concreta, pois quem se aproxima do amor de Jesus aprende a reconhecer sua presença nas dores do mundo e a responder com gestos de misericórdia. A espiritualidade do Coração de Cristo, portanto, não é intimista, mas social e missionária, conduzindo à proximidade com os pobres e à responsabilidade diante das feridas da humanidade. Assim, a contemplação do amor de Cristo impele a Igreja a uma prática concreta de caridade e justiça.

O cuidado com os últimos não exclui ninguém; ao contrário, visa salvar a todos. Quando a Igreja se compromete com os pobres, ela contribui para uma sociedade mais justa e fraterna, onde todos possam viver com dignidade. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que a opção preferencial pelos pobres “é uma forma especial de primado na prática da caridade cristã” (CDSI, 2004, 182). Trata-se, portanto, de uma expressão concreta da caridade universal, que busca integrar todos e promover o bem comum. Assim, a defesa dos mais vulneráveis não é contra os demais, mas em favor de toda a sociedade.

Essa opção implica também a necessidade de denunciar a desigualdade social, a injustiça e a violência. O anúncio do Evangelho inclui a denúncia profética de estruturas que geram exclusão e sofrimento. Como recordou o Papa Francisco na Exortação *Evangelii Gaudium*, “esta economia mata” quando exclui e descarta pessoas (Francisco, 2013, n. 53). A denúncia não nasce de ideologia, mas da fidelidade ao Deus que liberta e ao Jesus Cristo que se identifica com os pobres.

2.2. AS TENSÕES COM OS PARTIDOS E AS APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

A opção pelos pobres inevitavelmente gera tensões com projetos políticos que defendem ou toleram a desigualdade social. Quando partidos ou grupos sustentam políticas que marginalizam os mais vulneráveis, a Igreja, fiel ao Evangelho, entra em conflito com tais propostas. Esse conflito não é motivado por disputas ideológicas, mas pela defesa da dignidade humana. A própria vida

de Jesus ilustra essa realidade: ao anunciar o Reino e aproximar-se dos excluídos, Ele confrontou interesses estabelecidos e acabou sendo rejeitado e condenado. A fidelidade ao Evangelho, portanto, comporta uma dimensão profética que questiona toda forma de exclusão.

Ao mesmo tempo, podem surgir aproximações com iniciativas que promovem políticas em favor dos pobres e da justiça social. Nesses casos, a Igreja reconhece sinais positivos e pode dialogar e colaborar, sem se identificar com qualquer projeto político. O Concílio Vaticano II, na constituição *Gaudium et Spes*, afirma que a Igreja “não se confunde com a comunidade política”, mas oferece luz moral para a promoção da dignidade humana (GS, 1965, n. 76). Essa autonomia garante a liberdade profética necessária para discernir e colaborar sempre em favor do bem comum. O certo é que se trata de um caminho desafiador, mas essencial para que a política seja efetivamente um serviço e não um atalho para conquistas pessoais.

Desse modo, a Igreja vive uma tensão permanente: denuncia o que gera exclusão e aproxima-se do que promove a vida, mantendo sua autonomia e liberdade profética. Sua missão permanece anunciar a Boa Notícia aos pobres, defender a dignidade humana e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, à luz do Evangelho e inspirada no amor de Cristo que se faz próximo dos mais frágeis.

Diante disso, o cuidado com os pobres revela-se não apenas como uma exigência ética, mas uma dimensão constitutiva da fé cristã e da própria identidade da Igreja. Contemplando o amor do Coração de Cristo, como recorda a *Dilexit Te*, a comunidade cristã é chamada a reconhecer nos pobres um lugar teológico privilegiado, onde o próprio Senhor continua a manifestar sua presença. Assim, a opção pelos pobres torna-se critério de autenticidade evangélica, impulsionando a Igreja a unir anúncio e compromisso, oração e serviço, espiritualidade e transformação social. Ao cuidar dos mais frágeis, a Igreja não apenas responde às necessidades humanas, mas torna visível o amor misericordioso de Deus e colabora na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, conforme o projeto do Reino anunciado por Jesus.

Dessa forma, a Igreja reconhece a política, “não apenas enquanto instrumento necessário de organização da vida social, mas sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do ser humano” (Francisco, 2020, n. 185).

3. CONCENTRAÇÃO DOS BENS

A concentração excessiva dos bens constitui um dos grandes desafios éticos e sociais à luz do Evangelho. Quando a riqueza se acumula nas mãos de poucos e muitos são privados do necessário, a fraternidade é ferida e o projeto de Deus para a humanidade é comprometido. A Sagrada Escritura denuncia repetidamente essa situação. O profeta Isaías critica duramente aqueles que “acrescentam casa a casa e juntam campo a campo até não haver mais espaço” (Is 5,8), evidenciando que a concentração da propriedade gera exclusão e injustiça. No Novo Testamento, a parábola do rico e do pobre Lázaro (Lc 16,19-31) mostra que a indiferença diante da miséria alheia

contradiz o plano de Deus. Também a comunidade cristã primitiva testemunha a partilha dos bens como expressão concreta da fé, pois “ninguém considerava suas as coisas que possuía, mas tudo entre eles era posto em comum” (At 4,32).

A Doutrina Social da Igreja reafirma esse princípio ao ensinar que os bens da criação possuem uma destinação universal. O Concílio Vaticano II afirma que “Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos” (GS, 1965, n. 69). Essa afirmação não nega o direito à propriedade privada, mas recorda que ele possui uma função social. São João Paulo II reforçou esse ensinamento ao afirmar que “a propriedade privada está subordinada ao direito ao uso comum dos bens, ao destino universal dos bens” (João Paulo II, 1981, n. 14; cf. também 1991, n. 30).

O Papa Francisco retomou e aprofundou essa reflexão ao afirmar que “o direito à propriedade privada só pode ser considerado um direito natural secundário derivado do princípio do destino universal dos bens criados” (Francisco, 2020, n. 120). Ele também denunciou que, em um mundo marcado pela desigualdade, “enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade desconhecida, desprezada ou pisoteada” (Francisco, 2020, n. 22). O Compêndio da Doutrina Social da Igreja sintetiza essa perspectiva ao declarar que o princípio do destino universal dos bens é “o primeiro princípio de toda a ordem ético-social” (CDSI, 2004, n. 171).

Assim, o acúmulo que exclui gera desigualdade, violência e ruptura social. Por isso, a Igreja é chamada a promover a partilha, a solidariedade e políticas que garantam condições dignas para todos. Essa postura não é ideológica, mas evangélica, pois nasce da convicção de que os bens da terra são destinados a toda a humanidade.

3.1. PODER AUTORITÁRIO

Outra realidade que entra em tensão com o Evangelho é o poder autoritário. Quando o poder se transforma em dominação, perde sua legitimidade e contradiz o ensinamento de Cristo. Jesus critica explicitamente o modelo dos governantes que “dominam as nações e fazem sentir o seu poder” (Mc 10,42), e propõe uma autoridade baseada no serviço: “quem quiser ser grande entre vós seja o vosso servo” (Mc 10,43-45). Esse ensinamento encontra sua expressão mais concreta no gesto do lava-pés, quando Jesus afirma: “Eu vos dei o exemplo, para que façais como eu vos fiz” (Jo 13,15). Dessa forma, o poder cristão não se fundamenta na imposição, mas no serviço humilde.

O Concílio Vaticano II recorda que o exercício da autoridade deve respeitar a dignidade da pessoa humana e promover a participação de todos na vida social (GS, 1965, n. 73-75). São João Paulo II também afirmou que a autoridade legítima deve estar a serviço da pessoa e do bem comum, evitando formas de dominação arbitrária (João Paulo II, 1991, n. 46).

A Encíclica *Fratelli Tutti* aprofunda essa perspectiva ao advertir contra formas de poder que manipulam ou excluem. O Papa Francisco afirmou que existem líderes que “se servem do povo, instrumentalizando-o para seus próprios interesses” (Francisco, 2020, n. 159), e recordou

que a política autêntica é “uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum” (Francisco, 2020, n. 180). Além disso, destacou que “uma sociedade é nobre e respeitável também pelo modo como cuida dos mais frágeis” (Francisco, 2020, n. 64).

O poder autoritário gera exclusão, silencia vozes e impede a participação. Quando ele se instaura, traz consigo um conjunto de consequências nas esferas política, social e do indivíduo, tais como repressão e violência, esvaziamento das instituições, propagação de cultura do medo, entre outros. Já o poder-serviço promove o diálogo, a corresponsabilidade e a construção comunitária. Por isso, a Igreja, fiel ao Evangelho, é chamada a denunciar práticas autoritárias e a promover relações baseadas na fraternidade. Isso vale tanto para a sociedade quanto para a própria vida eclesial, que deve testemunhar um estilo sinodal e participativo.

Assim, a reflexão sobre bens, poder e centralidade revela que o Evangelho propõe uma transformação profunda das relações humanas. Os bens devem ser partilhados, o poder deve servir e ninguém deve colocar-se como centro absoluto. Esses princípios orientam a ação da Igreja e fundamentam sua voz profética diante das desigualdades, das concentrações injustas e das formas autoritárias de poder, sempre em favor da dignidade humana e da fraternidade universal.

4. AS POSTURAS PARTIDÁRIAS E DA IGREJA SOBRE A CASA COMUM

A reflexão sobre a casa comum encontra seu fundamento na própria Revelação bíblica. O livro do Gênesis afirma que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus e recebeu a missão de cultivar e guardar a criação (cf. Gn 1,26-28; 2,15). Essa afirmação não legitima uma exploração irresponsável da natureza, mas confere ao ser humano a responsabilidade de cuidar da obra divina. O domínio confiado por Deus deve ser entendido como serviço e administração responsável, e não como posse absoluta. Assim, o cuidado com a casa comum é parte integrante da vocação humana e expressão da fidelidade ao Criador.

Na Tradição cristã, a criação é reconhecida como dom de Deus confiado a todos. A degradação ambiental, portanto, não é apenas um problema técnico ou econômico, mas também moral e espiritual, pois atinge a dignidade humana e compromete a vida das futuras gerações, especialmente dos mais pobres, que são os primeiros a sofrer as consequências das crises ecológicas.

4.1. POSTURA ECLESIAL

A Igreja tem insistido cada vez mais na responsabilidade pelo cuidado da casa comum, entendendo-a como dimensão constitutiva da fé cristã. Na Encíclica *Laudato Si'*, Papa Francisco afirmou que “tudo está interligado” e que a crise ambiental está profundamente ligada à crise social. O cuidado da natureza não pode ser separado da defesa da dignidade humana, especialmente dos pobres. O Papa destacou que a degradação ambiental atinge de modo particular os mais vulneráveis, reforçando a necessidade de uma ecologia integral que una justiça social, cuidado com a criação e responsabilidade econômica. Assim, o problema ecológico é também um problema moral, que exige conversão pessoal e transformação das estruturas sociais.

Essa reflexão foi aprofundada posteriormente na Exortação Apostólica Querida Amazônia, na qual o pontífice ressaltou que a defesa da casa comum implica proteger os povos, as culturas e os ecossistemas ameaçados. O documento apresenta o cuidado da Amazônia como símbolo do compromisso com toda a criação, destacando que a destruição ambiental está frequentemente associada à exploração econômica injusta e à marginalização das populações locais. Dessa forma, o cuidado da casa comum exige uma abordagem integral que considere simultaneamente a natureza, a cultura e a vida humana.

Essa linha de pensamento foi retomada e intensificada na Exortação *Laudate Deum*, na qual Papa Francisco chamou a atenção para a urgência da crise climática e para a responsabilidade comum de toda a humanidade. O Documento sublinha que as mudanças climáticas representam um desafio global que exige cooperação internacional, decisões políticas corajosas e mudanças nos estilos de vida. O Papa insistiu que não se trata apenas de preservar o meio ambiente, mas de proteger a vida humana, especialmente dos mais pobres, que sofrem de modo mais intenso os efeitos da degradação ambiental.

Assim, a postura eclesial não se reduz a uma agenda política específica, mas nasce da fé no Deus Criador e da responsabilidade moral de cuidar da vida. O cuidado com a casa comum torna-se expressão da caridade cristã e da justiça intergeracional, pois envolve o compromisso com as futuras gerações. A Igreja, ao propor uma ecologia integral, convida a humanidade a redescobrir que a criação é dom de Deus e que o ser humano é chamado a administrá-la com responsabilidade, solidariedade e espírito de serviço. Por isso, a necessidade de compreender que a questão ecológica envolve tanto economia, política, relações internacionais, quanto sentimentos, espiritualidade e atitude de cuidado.

4.2. POSTURAS PARTIDÁRIAS

No âmbito político-partidário, existem diversas posturas em relação à casa comum. Alguns partidos e correntes enfatizam fortemente a preservação ambiental, defendendo políticas de proteção dos ecossistemas, redução das emissões de poluentes e desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva valoriza a urgência da crise climática e propõe mudanças estruturais nos modelos econômicos e produtivos.

Outras correntes políticas priorizam o crescimento econômico imediato, defendendo maior exploração dos recursos naturais como forma de gerar emprego e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a preocupação ambiental aparece subordinada à expansão econômica, o que pode gerar tensões com propostas de preservação mais rigorosas.

Há ainda posições intermediárias que buscam conciliar desenvolvimento econômico e cuidado ambiental, propondo políticas de sustentabilidade, uso responsável dos recursos naturais e inovação tecnológica. Essas propostas procuram equilibrar a proteção da natureza com as necessidades sociais e econômicas da população.

A Igreja, diante dessas diferentes posturas, não se identifica com nenhuma delas de modo absoluto. Sua missão é oferecer princípios éticos, como o destino universal dos bens, a dignidade

da pessoa humana e o bem comum, que orientem o discernimento. Dessa forma, ela pode dialogar com diferentes propostas, acolhendo aquilo que promove a vida e questionando aquilo que compromete a casa comum.

5. DEMOCRACIA

A reflexão cristã sobre a democracia encontra fundamento na própria Revelação divina, que reconhece a dignidade de cada pessoa e a diversidade de dons na comunidade. O apóstolo Paulo, na Primeira Carta aos Coríntios, afirma que a comunidade cristã é como um corpo, no qual cada membro possui uma função própria e indispensável (1Cor 12,1-26). Essa imagem destaca que ninguém é supérfluo e que todos são necessários para o bem comum. A diversidade não é motivo de divisão, mas riqueza que contribui para a construção da unidade. Tal perspectiva oferece um fundamento antropológico e teológico para a democracia, entendida como participação responsável e respeito à dignidade de cada pessoa.

A Doutrina Social da Igreja reconhece o valor da democracia quando ela se baseia na dignidade humana e na busca do bem comum. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que a Igreja valoriza o sistema democrático enquanto este assegura a participação dos cidadãos nas escolhas políticas e garante o controle dos governantes (CDSI, 2004, n. 406). A democracia, portanto, não é apenas um mecanismo formal, mas exige valores éticos, respeito à pessoa humana e compromisso com a justiça social.

Também São João Paulo II, na Encíclica *Centesimus Annus*, ensinou que a Igreja aprecia a democracia “enquanto assegura a participação dos cidadãos e garante a possibilidade de controlar e substituir pacificamente os governantes” (João Paulo II, 1991, n. 46). Contudo, o Papa alertou que uma democracia sem valores pode transformar-se em totalitarismo disfarçado, mostrando que a participação deve estar sempre orientada pela verdade e pelo bem comum. O papa Francisco, em audiência com participantes de programa de pós-graduação em Doutrina Social da Igreja e compromisso político na América Latina, afirmou que “fazer política inspirada no Evangelho a partir do povo em movimento pode se tornar uma maneira poderosa de sanar nossas frágeis democracias e de abrir o espaço para reinventar novas instâncias representativas de origem popular” (Fracalvieri, 2019).

5.1. INIMIGOS DA DEMOCRACIA

A democracia enfrenta diversas ameaças quando se enfraquecem os valores que a sustentam. Entre seus principais inimigos está o autoritarismo, que concentra o poder em poucos e reduz a participação dos cidadãos. Esse tipo de postura contraria a dignidade da pessoa humana e impede a construção do bem comum. A Doutrina Social da Igreja recorda que a autoridade política só é legítima quando exercida como serviço e orientada para a promoção da pessoa humana e da comunidade. Quando o poder se torna absoluto e deixa de respeitar a participação e os direitos fundamentais, a democracia é esvaziada de seu sentido. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja ressalta que a democracia exige a efetiva participação dos cidadãos e o respeito às instituições, sem os quais se abre espaço para formas disfarçadas de autoritarismo.

Outro inimigo da democracia é a indiferença social e política. Quando as pessoas deixam de participar da vida pública, a democracia se fragiliza e abre espaço para manipulações e interesses particulares. A participação não é apenas um direito, mas um dever moral ligado à dignidade da pessoa humana. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que a participação é uma das expressões fundamentais da dignidade humana e deve ser promovida em todos os níveis da vida social (CDSI, 2004, n. 189). A ausência de participação enfraquece o tecido social e dificulta a construção do bem comum.

Também a desigualdade social profunda constitui ameaça à democracia, pois impede que todos tenham condições reais de participação. Quando poucos concentram poder econômico e político, a democracia torna-se apenas formal e perde sua dimensão de justiça. Nesse sentido, o Papa Francisco, na Encíclica *Fratelli Tutti*, alertou que a exclusão social enfraquece a vida democrática e impede a construção de uma sociedade verdadeiramente fraterna (Francisco, 2020, n. 154-162). A marginalização dos mais pobres compromete o diálogo social e favorece divisões que ameaçam a convivência pacífica.

Além disso, a desinformação, a polarização extrema e a perda do diálogo também se apresentam como riscos para a democracia. Quando o debate público se transforma em confronto permanente e quando a verdade é relativizada, torna-se difícil construir consensos em favor do bem comum. A própria *Fratelli Tutti* destaca a importância do diálogo social e da cultura do encontro como caminhos para superar divisões e fortalecer a convivência democrática. Assim, a democracia exige não apenas estruturas institucionais, mas também uma cultura de respeito, participação e responsabilidade compartilhada.

5.2. O QUE PROMOVE A DEMOCRACIA

A democracia se fortalece quando há respeito à dignidade humana, participação responsável e busca do bem comum. Esses elementos estão profundamente ligados à visão cristã da pessoa e da sociedade. A Doutrina Social da Igreja recorda que toda organização política deve estar a serviço da pessoa humana, reconhecendo seus direitos e promovendo sua participação. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que a democracia autêntica só se realiza quando os cidadãos participam ativamente da vida pública e quando as instituições promovem o bem comum (CDSI, 2004, n. 406-408). Dessa forma, o respeito à dignidade humana torna-se o fundamento da convivência democrática.

O diálogo é outro elemento essencial para o fortalecimento da democracia, pois permite a escuta das diferentes vozes e a construção de consensos. A cultura do encontro, proposta por Papa Francisco, contribui para superar polarizações e construir uma sociedade mais fraterna. Na Encíclica *Fratelli Tutti*, o Papa destacou que o diálogo social é indispensável para a vida democrática, pois favorece a busca do bem comum e a superação de conflitos (Francisco, 2020, n. 199-203). A democracia, portanto, não se sustenta apenas em estruturas jurídicas, mas exige uma atitude permanente de abertura, escuta e respeito mútuo.

Outro elemento importante é a educação para a cidadania. A formação ética e social ajuda os cidadãos a exercerem seus direitos e deveres com responsabilidade. A Doutrina Social da Igreja

insiste que a participação consciente promove estruturas mais justas e solidárias. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja sublinha que a educação para a vida social e política é necessária para que a democracia seja efetiva e não apenas formal (CDSI, 2004, n.191). A formação integral favorece a corresponsabilidade e fortalece o compromisso com a justiça.

Além disso, a transparência e o respeito às instituições fortalecem a democracia, pois garantem a confiança social e a estabilidade política. A promoção dos direitos humanos e da justiça social também constitui elemento fundamental, assegurando que todos possam participar da vida pública em igualdade de condições. Na *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco afirmou que uma sociedade justa deve garantir a inclusão dos mais frágeis e promover a fraternidade como base da convivência social (Francisco, 2020, n. 154-162). Assim, a democracia se fortalece quando promove a dignidade de todos, incentiva a participação e constrói relações baseadas na justiça e na solidariedade.

5.3. A IGREJA PROPÕE A PARTICIPAÇÃO E A SINODALIDADE

A Igreja propõe a participação como expressão da dignidade humana e da corresponsabilidade na vida social e eclesial. A imagem do corpo apresentada por São Paulo em 1Cor 12,1-26 mostra que todos possuem dons e são chamados a contribuir para a construção da comunidade. Essa visão inspira uma prática baseada na colaboração e na valorização de cada pessoa, fundamento também de uma autêntica vida democrática.

No âmbito eclesial, essa participação é expressa pela sinodalidade, que promove a escuta, o diálogo e o discernimento comunitário. A sinodalidade educa para a corresponsabilidade e para a busca do bem comum, superando atitudes individualistas e autoritárias. Nesse sentido, a participação torna-se também caminho de construção da paz, pois favorece o encontro e evita a imposição pela força.

Essa perspectiva foi reforçada recentemente por Papa Leão XIV, que, em seus apelos pascais pela paz, destacou que a vitória de Cristo revela uma lógica diferente da violência. Segundo o Pontífice, “a força com que Cristo ressuscitou é totalmente não violenta”, convidando os cristãos a responderem aos conflitos com o diálogo e com gestos de reconciliação. Ele alertou ainda para o perigo da indiferença diante da violência e recordou que o exemplo da Páscoa aponta para “mãos que abraçam e não empunham armas”, indicando a necessidade de superar divisões e promover a cultura do encontro.

Assim, ao propor a participação e a sinodalidade, a Igreja oferece uma contribuição concreta para a vida democrática e para a construção da paz. A escuta mútua, o discernimento comunitário e a corresponsabilidade ajudam a superar conflitos, polarizações e violências, tornando a comunidade cristã sinal de fraternidade. Dessa forma, a sinodalidade não é apenas um método interno da Igreja, mas também um testemunho que inspira a sociedade a buscar soluções pacíficas, justas e participativas para os desafios do mundo contemporâneo. É uma forma de remover os obstáculos culturais que são fonte de discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a Igreja não pode ser compreendida nem como uma realidade meramente atemporal desligada da história, nem como uma instituição política identificada com projetos partidários. Sua missão nasce do Evangelho e se expressa na defesa da dignidade humana, na promoção do bem comum e no anúncio do Reino de Deus. Por isso, ao mesmo tempo em que respeita a autonomia da política e não se confunde com partidos, a Igreja não pode permanecer neutra diante das situações que ferem a vida. A pretensa neutralidade, quando se traduz em silêncio diante da injustiça, contradiz a própria vocação profética recebida de Jesus, o Cristo.

Os temas abordados ao longo do texto convergem para essa compreensão. O cuidado com os pobres, apresentado como dimensão constitutiva da fé cristã, mostra que a Igreja é chamada a reconhecer nos mais vulneráveis o rosto do próprio Senhor. A denúncia da concentração injusta dos bens e das formas autoritárias de poder revela que o Evangelho propõe relações sociais marcadas pela partilha, pelo serviço e pela fraternidade. O compromisso com a casa comum amplia essa responsabilidade, indicando que a fé cristã implica também o cuidado com a criação e com as futuras gerações. Da mesma forma, a valorização da democracia, da participação e da sinodalidade evidencia que a Igreja contribui para a construção de uma sociedade mais justa quando promove o diálogo, a corresponsabilidade e a cultura do encontro.

Diante desses elementos, torna-se claro que a Igreja não é chamada a escolher entre neutralidade e engajamento, mas a viver a fidelidade ao Evangelho. Essa fidelidade impede tanto a instrumentalização partidária quanto a omissão diante do sofrimento humano. A Igreja não apoia projetos ideológicos específicos, mas oferece princípios éticos que iluminam a vida social: a dignidade da pessoa humana, o destino universal dos bens, a solidariedade, o cuidado com os pobres e com a casa comum e a busca do bem comum. Ao proclamar esses valores, ela não entra na lógica da disputa pelo poder, mas exerce sua missão pastoral e profética.

A tradição bíblica confirma essa perspectiva. Os profetas denunciaram a injustiça e defenderam os oprimidos; Jesus aproximou-se dos excluídos e anunciou o Reino como transformação da realidade. Seguindo esse caminho, a Igreja é chamada a ser sinal de esperança, não pela imposição, mas pela proposta; não pela polarização, mas pelo discernimento; não pela neutralidade indiferente, mas pela caridade comprometida. Sua palavra deve nascer da escuta do Evangelho e da compaixão pelas feridas do mundo.

Assim, entre o risco da omissão e o perigo da partidarização, a Igreja é convidada a manter sua liberdade profética. Quando permanece fiel ao Evangelho, ela ilumina as consciências, promove a justiça e contribui para a paz social. Não se trata de substituir a ação política dos cidadãos, mas de formar consciências e inspirar o compromisso com a vida. Desse modo, a Igreja cumpre sua vocação de ser presença transformadora na história, testemunhando que a fé cristã não se limita ao âmbito privado, mas se traduz em amor concreto, serviço aos pobres, cuidado com a criação e construção de uma sociedade mais fraterna. Porque a fé cristã nada rejeita de humano, mas sim luta contra tudo o que desumaniza a pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO JUNIOR, Francisco de. *Nas periferias do mundo: Fé, Igreja. Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2017.
- BENTO XVI. *Caritas in Veritate: Carta Encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1965.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: sal da terra e luz do mundo*. Brasília: Edições CNBB, 2016.
- FRACCALVIERI, Bianca. Vaticano News: Papa: fazer política a partir do Evangelho, superando as ideologias. Disponível em: < <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-03/papa-francisco-discurso-politica-evangelho-ideologias.html> >. Acesso em 9 de abril de 2026.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013.
- FRANCISCO. *Laudato Si': Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015.
- FRANCISCO. *Fratelli Tutti: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020.
- FRANCISCO. *Querida Amazônia: Exortação Apostólica pós-sinodal*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020.
- FRANCISCO. *Laudaste Deum: Exortação Apostólica sobre a crise climática*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2023.
- JOÃO PAULO II. *Laborem Exercens: Carta Encíclica sobre o trabalho humano*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981.
- JOÃO PAULO II. *Sollicitudo Rei Socialis: Carta Encíclica*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1987.
- JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus: Carta Encíclica*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1991.
- LEÃO XIV. *Dilexit Te*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2024.
- PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2004.